

HABEAS CORPUS Nº 564.924 - RJ (2020/0055646-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : ANDRE PERECMANIS E OUTRO
ADVOGADOS : ANDRÉ PERECMANIS - RJ109187
FERNANDA BUENTES DOS SANTOS ALMEIDA -
RJ228183
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO
PACIENTE : N S B J
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO

DECISÃO

N. S. B. J. alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** (Apelação Criminal n. 0013168-82.2013.8.19.0075).

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 20 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 217-A, c/c o art. 226, II, ambos do CP.

A defesa aduz, em síntese, que, "após a interposição do recurso de apelação, um dos patronos do paciente faleceu, conforme se verifica na certidão de óbito juntada aos autos à fl. 211, e a outra patrona renunciou ao mandato, à fl. 210, ficando ele, portanto, sem defesa constituída" (fl. 4). Registra, no entanto, que, apesar de o réu haver ficado indefeso, o recurso foi julgado.

Requer "seja deferido o pedido liminar, a fim de determinar o recolhimento do mandado de prisão expedido nos autos do processo nº 0013168-82.2013.8.19.0075 até o julgamento do mérito do presente *writ*, quando se espera seja concedida a ordem de habeas corpus para declarar absolutamente nulo o julgamento do recurso de apelação, conforme dispõe a Súmula nº 708 do Supremo Tribunal Federal, bem como todos os atos processuais subsequentes" (fl. 13).

Antes da apreciação da medida de urgência, foram solicitadas informações à autoridade apontada como coatora, as quais foram devidamente prestadas às fls. 367-371.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

Conforme informações prestadas aos autos, a publicação do acórdão da apelação ocorreu no DJe de 27/6/2017 e, em 21/6/2018, o Juízo de primeiro grau determinou que fosse cientificado o trânsito em julgado para ambas as partes (fl. 370). O réu vem, agora, **mais de 2 anos depois**, alegando a nulidade do julgado, por cerceamento de defesa, o que, evidentemente, afasta o *periculum in mora* necessário para o deferimento da medida de urgência.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Dispensar a solicitação de novas informações.

Devidamente instruído o feito, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**